



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

Gabinete do Conselheiro Interino Moises Maciel

Telefone(s): 65 3613-7181 / 7182

E-mail:

Ofício nº	: 1543/2019/GCI/MM
------------------	---------------------------

Cuiabá-MT, 20 de agosto de 2019

A Sua Senhoria o Senhor

Elliton de Oliveira Souza

Diretor-Presidente Mato Grosso Previdência

Assunto: **Processo nº 28.563-3/2018 – Pensão**

Senhor Diretor,

De ordem¹ do Conselheiro Relator e com fundamento nos artigos 197 e 256, § 1º da Resolução 14/2007, reencaminho link do [Relatório Técnico](#) emitido pela Secretaria de Controle Externo de Previdência, referente à concessão de pensão às **Sras. Maria Alves Oliveira e Maria Aparecida dos Santos**, protocolada sob o nº 28.563-3/2018 e reintero a notificação já encaminhada em outras oportunidades a Vossa Senhoria para que, **no prazo de até 15 (quinze) dias**, apresente manifestação acerca dos apontamentos feitos pela equipe técnica.

Tendo em vista que já foram encaminhadas a Vossa Senhoria outras cinco notificações para se manifestar nos referidos autos, ressalto que o não atendimento da presente notificação, implicará no prosseguimento dos autos, nos termos do art. 140, § 1º, da Resolução Normativa 14/2007, sob pena de ser denegado o registro.

Os documentos de manifestação deverão ser encaminhados à Gerência de Protocolo, conforme Resolução Normativa nº 003/2015 do Manual de Orientação – 5ª Versão, que regulamenta o envio de documentos a este Tribunal de Contas, disponível no link: <http://www.tce.mt.gov.br/legislacao?categoria=12>.

1 Conforme Portaria 093/2019.





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

Gabinete do Conselheiro Interino Moises Maciel

Telefone(s): 65 3613-7181 / 7182

E-mail:

Atenciosamente,

(assinatura digital)²

Laura Helena Preza Figueiró Baby
Chefe de Gabinete de Conselheiro

² Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa nº 9/2012 do TCE/MT.

